

CARREIRA: docentes conquistam vitória judicial

Sentença de mérito restabelece quórum de 2/3 do Co para aprovar critérios de progressão

Como vocês devem se lembrar, em 2009, após discussão em Assembleia da Adusp, foram impetrados por docentes 17 mandados de segurança individuais contra a então reitora, reivindicando que fosse anulada a votação da proposta de nova carreira, ocorrida em processo tumultuado, durante reunião do Conselho Universitário (Co) de 4/3/2009. Esse processo levou à edição da Resolução 5.529/09 que, em seu artigo 10, determina que o “Conselho Universitário indicará Comissão destinada a apresentar, no prazo de 60 dias, proposta de critérios e procedimentos necessários à regulamentação da passagem para os níveis de Professor Doutor 2, Professor Associado 2 e Professor Associado 3.”

Um dos argumentos elencados pela advogada da Adusp, ao contestar a validade da aprovação da nova carreira, é de que a criação da citada comissão nada mais seria do que um artifício para driblar a exigência do quórum de 2/3 para a votação dos critérios de progressão. Artifício esse que a Reitoria pretende colocar em prática ao término dos trabalhos da nova comissão anunciada na reunião do Co de 4/10/2010.

Pois bem: em 16/11/2010, a juíza Simone Gomes Rodri-

gues Casoretti, da 9ª Vara da Fazenda Pública, em seu julgamento de mérito do processo (não se trata, portanto, de medida liminar), considerou procedente, em parte, nossa ação, declarando nulo o artigo 10º da Resolução 5.529/09, por contrariar o estatuto da Universidade, em seu artigo 16, parágrafo único, alínea 8. Assim, permanece a exigência



de quórum de 2/3 para a votação dos critérios de progressão.

Mais uma vez, tem a Reitoria a oportunidade de mostrar que se preocupa com a legalidade e legitimidade dos atos e decisões da instância máxima da USP. Não seria salutar para a Universidade abrir mão da possibilidade de recurso, acatando a sentença da juíza?

Afinal, uma aprovação com quórum qualificado de 2/3 para os critérios de progressão poderia dar à mudança pretendida na carreira alguma legitimidade. Melhor seria, ainda, se a votação fosse precedida de ampla discussão nas unidades. Mas isso talvez já não se possa esperar do atual reitor, que não tem primado pelo cumprimento de seus compromissos de campanha, particularmente no que se refere à carreira.

Conselho Universitário reduz gasto com pessoal de 85% para 80%

A última reunião do Co, ocorrida em 16/11, aprovou as “Diretrizes Orçamentárias da USP para 2011” com a seguinte surpreendente passagem: “Com o objetivo de preservar o poder aquisitivo dos docentes e dos servidores técnico-administrativos (...) propõe-se a alocação de 80% dos recursos (...) em 2011 na alínea Pessoal e seus reflexos”.

Um pragmatismo conjuntural explicaria essa decisão, de reduzir de 85% para 80% os gastos com pessoal, uma vez que neste ano a USP gastará cerca de 79% com a folha sa-

larial, enquanto Unicamp e Unesp deverão gastar cerca de 82%. Assim, como argumentamos diversas vezes na complicada campanha de data-base deste ano, caso adotada a alíquota de 85% de gasto com salários haveria espaço para, além de repor a inflação do período, recuperar parte das perdas salariais de cerca de 30% em relação ao salário médio de 1989. Ou, então, para estender aos funcionários técnico-administrativos a propalada reestruturação de carreira concedida aos docentes, na forma de um reajuste

de 6% que pretendia, segundo os reitores, valorizar a carreira nas universidades estaduais paulistas. Esse objetivo já foi atingido? Será que um salário inicial (bruto) de R\$ 7.600,00 é adequado?

É preciso ter claro que o comprometimento com salários tem variado ao longo dos anos. Por exemplo, entre 1995 e 2001 o comprometimento médio das três universidades com salários foi de 87,2%. Em 2009 essa média foi de 83,7%, ao passo que neste ano deverá estar próxima de 81%. Esses valores dependem obviamente

do montante da arrecadação do ICMS anual que, por seu turno, depende do índice inflacionário, do índice do crescimento do PIB, do nível da sonegação fiscal praticada e de outros fatores. Assim, a redução aprovada no Co pode significar a ameaça de arrocho salarial em 2011.

Pleito

É claro que reservar 15%, como também os 20% agora aprovados na USP, para os gastos com custeio, não significa

continua na p. 2

Assembleia Geral: 7/12, 3ªf, 17h, no Aud. Jacy Monteiro (IME)

Pauta do Congresso do Andes e indicação de delegados / Carreira docente / Ação do Gatilho / Corte de gastos com pessoal na USP

Reitoria em silêncio na polêmica sobre curso de graduação da FIA

A Reitoria mantém-se em silêncio em relação ao curso pago de graduação em administração, que a Faculdade FIA de Administração e Negócios está lançando, conforme noticiado pelo *Informativo Adusp* 317. O reitor Grandino Rodas não respondeu às perguntas encaminhadas pelo *Informativo Adusp* à assessoria de imprensa da Reitoria. Também não atendeu à *Folha de S. Paulo*, que publicou reportagem sobre o caso em 23/11.

Diante da movimentação de alunos da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-USP), que realizaram reuniões para tratar do assunto, e até de professores da unidade que se manifestaram desfavoravelmente ao curso da FIA, a fundação procurou contornar as resistências encontradas.

Um “Comunicado da FIA” foi encaminhado aos estudantes, em 12/11, pelo professor Hamilton Corrêa, coordenador do curso de graduação em administração da FEA. Neste documento, a fundação apresenta um histórico de suas atividades: afirma que “desde sua criação, em 1980, apóia financeira e ma-

terialmente a FEA-USP”; que no passado “atuou em parceria” com o Departamento de Administração da FEA “na realização dos MBAs, cujos diplomas chegaram a ser expedidos pela USP em algumas turmas”; e que “desde 2003, por iniciativas de grupos de pressão atuando na USP, os MBAs da FIA passaram a ser sediados integralmente fora do campus, sem nenhuma alusão à marca USP em sua divulgação, encarecendo sua operação”.

Pressão na USP

Na sequência, o “Comunicado da FIA” explica que, “apesar dessas restrições práticas onerosas, a FIA transformou-se em uma IEC, Instituição Especialmente Credenciada pelo MEC, autorizada a realizar cursos de pós graduação *lato sensu*, e manteve e ampliou o volume de recursos doados anualmente em apoio à FEA”. No entanto, prossegue, recentemente, “diante de propostas específicas de grupos de interesse no sentido de extinguir as IECs, acolhidas no MEC, tornou-se indispensável para a sua continuidade a FIA assumir a responsabilidade de manter um

curso de Graduação, e ela tornou-se uma IES-Instituição de Ensino Superior”.

O texto afirma ainda que “nenhum professor da ativa” do Departamento de Administração da FEA ministrará disciplinas no curso da FIA, que será “pago, de alto padrão, voltado à formação de um novo profissional”. Sugere que o curso de Administração da USP terá muito a aprender com seu congêneres oferecido pela fundação privada: “material didático, as ementas, os casos e as práticas de formação destes jovens profissionais desenvolvidas pela FIA serão integralmente disponibilizados aos docentes da FEA”.

Procurado pelo *Informativo Adusp*, o professor Corrêa expressou a opinião de que o curso da FIA “não afeta em nada” o curso da FEA, por ele coordenado, e reafirmou que os docentes da USP não darão aula no curso similar privado. “Meu compromisso principal é com a USP. Vou assegurar que nossos professores tenham compromisso com nosso curso”, declara, enfaticamente.

Conflito

Ao mesmo tempo em que

coordena a graduação em administração da FEA, o professor Corrêa é um dos coordenadores de projetos da FIA. No entanto, considera que não incorre em conflito de interesses: “Não coordeno projetos na FIA há mais de dez anos. Nunca tive cargo de direção”. Ele defende a fundação privada e minimiza o fato de que o apoio à USP desapareceu do estatuto da entidade: “Do ponto de vista real a FIA apóia financeiramente a FEA e a USP”. Para o professor, a crítica da Adusp às fundações é “questão ideológica”.

Questionado se a fundação privada também não é um grupo de interesse, uma vez que, por exemplo, cobrará 2,2 mil reais mensais pelo curso, ele esquivou-se: “Não sei. Você deve perguntar isso à FIA”. Corrêa surpreendeu-se ao tomar conhecimento, pelo *Informativo Adusp*, de que a Faculdade FIA fora criada no ano 2000, e só acreditou quando o repórter leu para ele a informação, que consta da página <http://www.fia.com.br/graduacao/infos.htm>.

O “Comunicado da FIA” omite o fato de que, se ela surgiu como entidade dita de apoio à FEA-USP, hoje es-

sa finalidade sequer consta do seu estatuto. Também é duvidosa a afirmação de que a fundação, após tornar-se uma IEC em 2003, “manteve e ampliou o volume de recursos doados anualmente em apoio à FEA”. Dados da Reitoria referentes a 2005 e 2006 indicam queda acentuada nos repasses das fundações ligadas à FEA, fato confirmado pelo vice-reitor Franco Lajolo em 2007 (vide *Revista Adusp* 40, p. 57-59).

A FIA é dirigida por professores da FEA-USP. Todos os seus coordenadores de projetos são professores da unidade. Embora a fundação propale apoiar a universidade, os repasses financeiros nunca passaram de 6% das receitas arrecadadas por ela a cada ano. A maior parte dos recursos é utilizada para remuneração dos coordenadores. Em debate ao vivo na rádio CBN em 25/11, o professor João Zanetic reafirmou a posição da Adusp quanto à existência de conflito de interesses e problemas éticos no caso. O professor James Wright, diretor da FIA, definiu o novo curso como “experimental” e “laboratório”.

continuação da matéria de capa

garantir um bom patamar para a manutenção razoável da universidade. Desde 1989, primeiro ano de vigência da autonomia das três universidades estaduais paulistas, temos pleiteado, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o aumento da quota-parte do ICMS do Estado — fixada, no decreto do governador Quércia, em 8,4% — para 11,6%. Ao mesmo tempo defendíamos que, com esse aumento da dotação orçamentária, os gastos com salários deveriam ser de 70%

ou 75%, sendo que os demais 30% ou 25% seriam destinados ao custeio das universidades. Embora esse pleito fosse mantido, apenas conseguimos aumentar esse percentual para 9% em 1992; e para 9,57% em 1994. Por outro lado, há mais de dez anos o Co estabeleceu que o comprometimento com salários seria de 85%, embora, em várias negociações de database, reivindicássemos um percentual maior, visando a preservar o poder aquisitivo dos salários.

O que motivou a Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP) a propor essa diminuição dos gastos com salários? O documento com as Diretrizes aprovadas no dia 16/11 não apresenta nenhuma justificativa digna de nota para essa redução, limitando-se a mencionar os gastos ocorridos até setembro e a previsão para o último trimestre deste ano.

Na Assembleia Geral da Adusp de 7/12 analisaremos essa decisão do CO.

Agenda de Dezembro

1º/12, quarta-feira, 18h, na sede da Adusp - Sarau sobre Astronomia, com Augusto Damineli e João Steiner

7/12, terça-feira, 17h, no Aud. Jacy Monteiro (IME) - Assembleia Geral

10/12, sexta-feira, 20h, no Clube dos Professores - Baile de confraternização da Adusp

Ex-presidente da Finatec e mais 3 são condenados a 10 anos de prisão

O juiz Esdras Neves, da 3ª Vara Criminal do Distrito Federal, condenou o professor Antônio Manoel Dias Henriques, ex-presidente da Fundação de Empreendimentos Tecnológicos (Finatec), a 10 anos de prisão em regime fechado, por um desvio de R\$ 28,6 milhões praticado por essa entidade privada, dita “de apoio” à Universidade de Brasília (UnB).

Pena ainda maior recebeu o consultor Luis Lima, considerado o cabeça do esquema operado pela Finatec: ele foi condenado a 10 anos e 10 meses de prisão em regime fechado. Além de Henriques e Lima, foram condenados por apropriação indébita, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro a mulher do consultor, Flávia Camarero, e Eduardo Grin.

Uma vez que, segundo o juiz, “restou provado que os réus tiveram aumento patrimonial ilícito”, os quatro tiveram todos os bens confiscados em favor da União, um patrimônio estimado em R\$ 50 milhões. Eles poderão recorrer da sentença em liberdade. O processo correu em segredo de justiça. A sentença tem data de 23/9, mas só foi encaminhada para publicação em 21/10.

De acordo com as investigações do Ministério Público, no período de 2001 a 2006 a Finatec manteve contratos com a Intercorp Consultoria Empresarial, a Camarero & Camarero Consultoria Empresarial e a Grin Consultoria e Assessoria. As empresas pertenciam, respectivamente, a Lima, Flávia e Grin. A quebra dos sigilos bancá-

rios e fiscal dos denunciados mostrou indícios de enriquecimento ilícito e de lavagem de dinheiro a partir da parceria com a Finatec.

Desvio

A existência de graves distorções na relação entre a UnB e quatro fundações privadas “de apoio” foi revelada, em 2004, por um relatório produzido por uma comissão da Associação dos Docentes (Adunb). Nos anos seguintes, o *Dossiê Nacional 1* do Andes-SN e a *Revista Adusp* apontaram graves ilegalidades na atuação da Finatec. O escândalo de repercussão nacional, contudo, explodiu no início de 2008, envolvendo superfaturamento de contratos, um desvio de R\$ 100 milhões, construção de um *shopping center* e mordomias

para o então reitor, Timothy Mulholland.

Em outro processo judicial que envolve a Finatec, o ex-reitor da UnB Lauro Morhy, a ex-diretora do Centro de Seleção e Promoção de Eventos, Romilda Macarini e os ex-diretores da Finatec Antônio Manoel Dias Henriques e Nelson Martin respondem pelo crime de peculato, acusados pelo Ministério Público Federal de desviar cerca de R\$ 24 milhões da UnB. O dinheiro teria sido repassado, sem licitação, à Finatec, para a execução de um contrato com o Instituto Nacional de Seguridade Social.

A pena varia de dois a 12 anos de reclusão, além de multa. A Finatec recebeu entre 1998 e 2001 cerca de R\$ 140 milhões para executar o contrato com o INSS.

No entanto...

Após intensa polêmica, em 12/10, o Conselho Universitário da UnB (Consuni) decidiu por 34 votos a 15, com duas abstenções, recredenciar a Finatec e enviar o processo de recredenciamento ao MEC e ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Na reunião de 5/11, o Consuni reelegeu para o conselho superior da Finatec três dos seus atuais integrantes. A atual presidente do conselho da Finatec, professora Mercedes Bustamante, foi reconduzida.

O recredenciamento e a recondução de diretores revela que, apesar da forte resistência de uma parte da comunidade universitária, os interesses privados representados na Finatec voltaram a impor-se no Consuni.

Congresso Nacional aprova MP 495

O Senado aprovou, em 25/11, a Medida Provisória (MP) 495, que institui novas regras para a atuação das chamadas fundações “de apoio” (vide *Informativo Adusp*, edições 310 e 312). A MP, que também dá preferência a produtos e serviços brasileiros nas licitações públicas, foi aprovada na forma de projeto de lei de conversão, porque o texto original foi alterado quando da aprovação pela Câmara dos Deputados, em 23/11. Com a aprovação no Senado, a MP seguirá agora à sanção presidencial.

A MP disciplina as relações entre as instituições federais de ensino superior e de ciência e tecnologia e as fundações ditas de apoio à pesquisa, permitindo a contratação com dispensa de licitação de atividades vinculadas à pesquisa. Autoriza também as fundações a conce-

derem bolsas de ensino e pesquisa e de atividades de extensão a alunos de graduação e pós-graduação.

A MP estende ainda a permissão de contratar fundações de apoio, com dispensa de licitação, à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e outras agências financeiras oficiais de fomento.

Na opinião do Andes-SN, a MP “causa perplexidade”, por emprestar “um fio de legalidade” à relação mais do que condenável entre entes federais, como as universidades públicas, e fundações privadas que a pretexto de “apoiar” essas instituições federais de ensino e pesquisa usam-nas para empreender atividades puramente mercantis, não raro enveredando pela corrupção.



Em defesa das mulheres. Imagem de autoria do repórter-fotográfico Daniel Garcia registra momento de tensão entre PM e estudantes, em 17/11, no ato público realizado em frente à Reitoria da Unesp, em São Paulo, com a finalidade de repudiar a violência machista (“rodeio das gordas”). Nos dias 4 e 5/12 o DCE da Unesp organiza, em Marília, um “festival contra as opressões”, que pretende combater, além do machismo, o racismo, a homofobia e o preconceito contra os nordestinos.

Na Esalq, colégio elege candidato a diretor vitorioso na consulta

Na Pesquisa de Intenção de Voto realizada em 22/11 no campus da Esalq, por iniciativa da Adusp Regional e do Centro Acadêmico, José Vicente Caixeta Filho foi o candidato a diretor mais votado entre os docentes, recebendo 52% dos votos. Márcio R. Lambais obteve 26% e Natal Antonio Vello 13%. Votos nulos foram 8% e votos em branco 1%.

A eleição oficial aconteceu em 25/11. O professor Caixeta Filho obteve, já no 1º escrutínio, a maioria absoluta do colégio eleitoral, ao receber 101 votos, de um total de 147 votantes. No 3º escrutínio, entraram na lista os professores Vello, com 54 votos, e Lambais, com 43.

Reitoria entrega CDs sem correção de erros apontados em março

Em seu último despacho, o juiz determinou que a Adusp deveria retirar em cartório os dois CDs “onde constam as planilhas dos valores em atraso”. Com base nesses valores, a Adusp deverá efetuar os cálculos dos montantes devidos a cada beneficiário relativo aos gatilhos não pagos ou pagos em atraso em 1987. Entretanto, os CDs, retirados em 22/11, não contêm planilhas e sim 81.557 páginas com as cópias dos holerites, do ano de 1987, dos beneficiários. Nada diferente do conteúdo do CD que a Reitoria nos forneceu em 10/11.

Com o intuito de agilizar os procedimentos de manipulação das informações prestadas pela USP, a Adusp já havia solicitado à administração da USP, em 17/11, um CD com esses dados no formato de pla-

nilha ou banco de dados. Tal solicitação foi reiterada por meio de mensagem eletrônica enviada em 23/11. Até o momento, nossa solicitação não foi atendida.

Desrespeito!

A análise dos CDs retirados do cartório mostra que a Reitoria entregou à Justiça essencialmente os mesmos dados encaminhados informalmente à Adusp em dezembro de 2009. Cabe perguntar: por que então tanta demora?! Nem mesmo erros apontados pela Adusp em março de 2010 foram corrigidos. Há nomes de beneficiários faltando, data errada, números funcionais trocados. Reclamações encaminhadas à Codage por beneficiários que identificaram divergências entre o que foi colocado no sistema

Marte e seus holerites originais também não foram contempladas.

Apesar das dificuldades decorrentes das informações erradas e do formato em que recebemos os dados, as contas serão efetuadas. Resta saber se a Reitoria terá a disposição de corrigir seus erros e reparar oficialmente as informações que forneceu ao Juiz.

Prazos

Se os precatórios forem emitidos até junho de 2011, a USP poderá incluir em seu orçamento a previsão de verba para pagá-los e, então, os benefícios poderão ser recebidos em 2012. Caso contrário, somente depois de 2013!

Agravo

Solicitamos ao juiz que reconsiderasse o seu despa-

Informações aos herdeiros de beneficiários

Nossos advogados informam aos herdeiros dos beneficiários que sua habilitação precisa ser feita por meio de uma petição, à qual deverão ser anexados os seguintes documentos:

- I. Certidão de óbito.
- II. Cópia de RG e CPF de todos os herdeiros ali mencionados.
- III. Procuração dos herdeiros aos advogados da Adusp (modelo em www.adusp.org.br).
- IV. Para herdeiros casados: certidão de casamento, procuração e cópia de RG e CPF dos seus cônjuges.
- V. Para herdeiros solteiros: cópia da certidão de nascimento.

Não há a necessidade de envio destes documentos à Adusp com urgência, haja vista que inexistente qualquer depósito a ser levantado pelos beneficiários da ação.

cho que ignora as partes da sentença relativas à incorporação de 32,96% nos salários dos beneficiários e o pagamento dos atrasados desde 1988 devido à essa dife-

rença. Ele manteve o despacho. O agravo impetrado pela Adusp pelo fato de o juiz ter alterado a sentença está em trâmite no Tribunal de Justiça.

“Medicalização é um tipo de controle social”, afirma sociólogo em seminário internacional

Organizado por várias entidades, entre as quais o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP), realizou-se entre 11 e 13/11, em São Paulo, o I Seminário Internacional “A Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos”, que reuniu mais de mil pessoas e especialistas do Brasil e do exterior.

De acordo com o CRP-SP, situações comuns entre os escolares, como notas baixas, desatenção ou problemas na leitura ou escrita, muitas vezes são “associadas equivocadamente a problemas neurológicos ou psi-

cológicos, não considerando, por exemplo, a má qualidade do ensino”. O passo seguinte a essa associação é o recurso à medicalização, “processo que transforma, artificialmente, questões não médicas em problemas médicos”.

O seminário procurou debater “controvérsias acerca do diagnóstico e tratamento de supostos transtornos de aprendizagem, tendo como pano de fundo a medicalização da sociedade e as dificuldades do sistema escolar”, bem como, ainda segundo o CRP-SP, oferecer subsídios para a discussão de “políticas públicas que

têm sido propostas e/ou implementadas por meio de leis e programas de ação”.

Fórum

O sociólogo Peter Conrad, professor da Brandeis University de Boston, não tem meias palavras ao abordar o problema: “A medicalização é um tipo de controle social, define-se que o aluno é disléxico e já se receitam medicamentos, rotula-se esta criança”.

O neurologista Steven Strauss, professor do Hospital Franklin Square de Baltimore, é outro que faz duras críticas à medicalização na educação: “Não há

nenhuma prova fisiológica, neurológica ou física que associe direta ou indiretamente TDAH a crianças com dificuldades de ler e escrever. Outras questões devem ser consideradas nestes casos”.

Foi lançado no evento o Fórum Sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, que terá por finalidade “mobilizar a sociedade para a crítica à medicalização da aprendizagem e do comportamento”. A professora Marie Claire Sekkel, do Instituto de Psicologia, representou a Adusp no lançamento do Fórum.

30º Congresso do Andes-SN

“Universidade Pública, Trabalho Acadêmico e Crítica Social” é o tema geral do 30º Congresso do Andes-Sindicato Nacional, a realizar-se no campus da Universidade Federal de Uberlândia, entre 14 e 20/2/2011. O Congresso tratará de atualizar os instrumentos de luta, tendo como eixos a defesa do Andes-SN, a intensificação do trabalho na base da categoria e a ampliação de nossa articulação com o movimento social; dentre os temas que serão discutidos, destacam-se política educacional e de seguridade social, carreira docente e fundações (veja Caderno de Textos na página www.adusp.org.br). Na assembleia de 7/12 a Adusp elegerá seus delegados ao 30º Congresso.